



19

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA
ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE
30 DE ABRIL DE 2002**

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábua

Hora: 14,30

Presenças: Vinte e nove Membros

MEMBROS DA ASSEMBLEIA PRESENTES (29):

- *Cap. Joaquim Augusto Ferreira Marques;*
- *Dr. João Pedro Rangel da Costa Martins;*
- *Dr. Sidónio Fernandes da Costa;*
- *Rui Brito Pereira;*
- *Aníbal Augusto Rodrigues;*
- *João Luiz Alves Fiúza;*
- *Prof. António Rodrigues Pais;*
- *Carlos Alberto Moreira;*
- *Amílcar Castanheira Luís;*
- *Prof. José Manuel Rosa da Silva Fernandes;*
- *Dr. Marco Paulo Barreiras Marques Batista;*
- *Drª. Ana Sofia Abreu Rodrigues;*
- *Drª. Sandra Cristina Brito da Fonseca Marques Correia;*
- *Andreia Filipa Martins Ferreira;*
- *António dos Santos Pinto;*
- *Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço (Presidente J. F. de Ázere);*
- *José Carlos Fonseca Gonçalves (Presidente J. F. de Candomba);*
- *António Martins Oliveira (Presidente J. F. da Carapinha);*
- *Manuel Pereira dos Santos (Presidente J. F. de Covas);*
- *Avelino Marques Figueiredo (Presidente J. F. do Covelo);*
- *José Augusto Pereira Dias (Presidente J. F. de Espariz);*
- *Joaquim Jorge Carvalho Pais (Presidente J. F. de Meda de Mouros);*
- *Guilherme Manuel Pereira Stoffel Esteves (Presidente J. F. de Midões);*
- *António Alves dos Santos (Presidente J. F. de Pinheiro de Coja);*
- *Amadeu Alves (Presidente J. F. da Póvoa de Midões);*
- *Acácio Cruz Dinis (Presidente J. F. de São João da Boavista);*
- *Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente J. F. de Sinde);*
- *Engº. José Alberto Pereira Vieira (Presidente J. F. de Tábua);*
- *Vitor Manuel Moura Marques (Presidente J. F. de Vila Nova de Oliveira);*

Presente também o Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Senhor Engº. Francisco Ivo Portela.

VEREADORES PRESENTES:

- *José Alberto Pereira;*
- *Serafim Duarte Lopes Martins;*
- *Mário de Almeida Loureiro;*
- *Drª. Sofia Nunes Bernardes.*

20



MEMBROS DA ASSEMBLEIA FALTOSOS (7): Sete.

- *Américo José Brito da Costa;*
- *Prof. Luís da Silva Borges Pereira;*
- *Engº. Miguel Alexandre da Fonseca Pinto Silva;*
- *Arqº. Pedro Manuel Santos Aleixo;*
- *Fernando Manuel Dinis Borges;*
- *Maria Odete Simões Patrício;*
- *António Carlos Martins Borges Figueiredo (Presidente J. F. de Mouronho);*

VEREADORES AUSENTES:

- *Dr. Jorge Manuel Cova Veigas;*
- *Eduardo António de Carvalho Pereira;*

Foram apresentadas justificações de faltas, uma à reunião do passado dia 28 de Fevereiro, pelo Presidente da Junta de Carapinha Sr. António Martins Oliveira e outra à reunião de hoje pelo Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho, Sr. António Carlos Martins Borges Figueiredo, as quais depois de apreciadas pela Mesa da Assembleia e determinado que fiquem arquivadas no local próprio, foram consideradas justificadas.

Não há faltas consideradas injustificadas dadas à Sessão Ordinária do passado dia 28 de Fevereiro.

Não foram apresentadas justificações das faltas dadas à Sessão Ordinária do passado dia 28 de Fevereiro pelos membros Professor Luís Borges Pereira, Arqº. Pedro Manuel Santos Aleixo, e António Carlos Martins Borges de Figueiredo (Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho).

Após a chamada e uma vez verificada a existência de quorum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por aberta a Sessão e, verificando que o Sr. Segundo Secretário não se achava presente, convidou para ocupar o lugar daquele, a Presidente da Junta de Freguesia de Ázere, Srª. Dª. Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço, que aceitou o cargo, passando-se de imediato para:

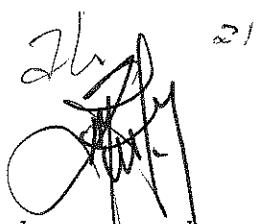
I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

I- Aprovação da Acta da Sessão anterior:

Pelo Sr. Aníbal Rodrigues foi pedida a palavra, que lhe foi concedida e solicitou que se rectificasse na 5ª página a denominação da “Lei 169/99” uma vez que o artigo 46º-B não consta da referida Lei mas sim da Lei nº 5-A/2002.

Explicado pela Mesa a legalidade dessa menção, a mesma não foi aceite.

Pelo Sr. Prof. António Pais foi referido que da sua intervenção e, nas 3ª e 4ª páginas se constatam algumas imperfeições e solicitou que se rectificasse na 3ª página, no 4.º §, que passe a constar “pródiga”, e na 4.ª página, no 4.º Parágrafo passe a constar “... e o trânsito junto à Capela do senhor dos Milagres precisa de ser regulamentado, parece-me...”, no parágrafo 5.º passe a constar “parece um autêntico aborto”, e no 7.º parágrafo que conste “Câmara, Bombeiros e outras entidades...”.

 21

Usou da palavra a Dr^a. Ana Sofia que salientou a importância da compra de equipamento para gravação das sessões evitando assim as sucessivas correções às intervenções dos deputados municipais.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que disse que na verdade é sempre difícil para quem redige reproduzir integralmente o que se diz nas intervenções. Mais apelou aos deputados para que as intervenções na medida do possível, fossem entregues por escrito à mesa da Assembleia, datadas, rubricadas e assinadas, para assim serem dadas como reproduzidas. Relativamente ao assunto novamente abordado pela deputada Andreia afirmou que não está esquecido e que irá ser tratado.

Usou da palavra a deputada Andreia alegando a falta de resposta do Sr. Presidente da Câmara acerca do Boletim Municipal, que não foi aceite pela Mesa uma vez que tal referência não foi solicitada, no momento, para que constasse da acta.

Seguidamente e uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia usou da palavra, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foram aceites as rectificações indicadas pelo Sr. Profº António Pais, ficando a constar da mesma e, posta à votação a Acta da Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 2002, foi aprovada por unanimidade.

2- Leitura e apreciação do expediente.

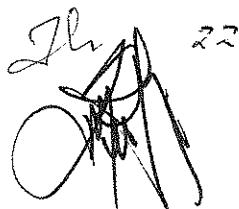
Pelo Sr. Presidente da Mesa foi apresentado e explicado o expediente da Assembleia, o qual na sua maior parte foi enviado a todos os Membros e que fica arquivado e à disposição de todos os Membros desta para consulta. Referiu ainda que foi solicitada informação acerca do Boletim Municipal pela Deputada Municipal, Andreia Filipa Ferreira, a qual foi encaminhada pela Mesa da Assembleia à Câmara Municipal para responder de forma a este assunto ser incluído na Ordem do Dia da próxima sessão.

3- Intervenção dos Excelentíssimos Membros da Assembleia.

Pedida a palavra pelo Sr. Profº José Rosa Fernandes, que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa, no uso dela proferiu discurso escrito, o qual a final foi presente à Mesa devidamente datado e assinado que o Sr. Presidente da Mesa rubricou e que faz parte integrante desta acta e que, em síntese, propõe um voto de louvor e de congratulação pelos resultados alcançados pelo P.P.D./P.S.D. e que possibilitou que com o C.D.S./P.P. se formasse o actual Governo, documento que se dá por reproduzido.

Foi pedida a palavra pelo Sr. Dr. João Pedro Rangel Martins que ele, Sr. Presidente da Mesa, concedeu e, no uso dela, pronunciou-se sobre a deliberação da Câmara Municipal acerca da aprovação da construção do edifício na Praça do Palácio da Justiça, propondo um “Voto de protesto na deliberação da Câmara Municipal, de aprovação da construção do Edifício no Largo do Palácio da Justiça”.

Pedida a palavra pelo Dr. Sidónio Costa, que se pronunciou no sentido de não ter conhecimento do projecto a que o Dr. Rangel se refere visto que este assunto não faz parte da ordem de trabalhos.

 22

Foi solicitado um INTERVALO pelo Grupo Municipal do P.S., para estudar e analisar o assunto mencionado pelo Dr. Rangel.

Reiniciados os trabalhos foi posta em votação o “VOTO DE PROTESTO” apresentado pelo Deputado Municipal Dr. João Pedro Rangel Martins e, da contagem dos votos dos vinte e sete Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR DA PROPOSTA: Seis;

ABSTENÇÕES: Três;

VOTOS CONTRA A PROPOSTA: Dezoito.

Rejeitado por maioria o “Voto de protesto”.

Seguidamente, votou-se ainda o “voto de louvor e de congratulação pelos resultados alcançados pelo P.P.D./P.S.D. e que possibilitou que com o C.D.S./P.P. se formasse o actual Governo”, apresentado pelo Deputado Municipal, Profº. José Rosa Fernandes, em seu nome e não em nome do Grupo Municipal do P.P.D./P.S.D., conforme decidido pela Mesa, uma vez que aqueles Deputados ainda não formalizaram o mesmo Grupo Municipal. Posta em votação o “VOTO” apresentado pelo referido Deputado Municipal, da contagem dos votos dos vinte e oito Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR DA PROPOSTA: Seis;

ABSTENÇÕES: Quatro;

VOTOS CONTRA A PROPOSTA: Dezoito.

Rejeitado por maioria o “Voto de louvor e de congratulação”.

Usou da palavra a Drº. Ana Sofia que questionou a Câmara sobre a existência de algum projecto para a construção do canil municipal salientando a importância deste na protecção e acolhimento dos animais abandonados na Vila de Tábua.

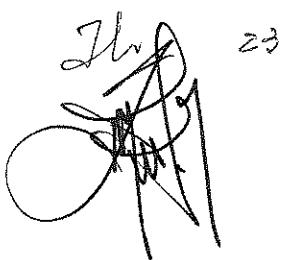
Pedida a palavra pelo Sr. Profº. António Pais, que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa, no uso dela proferiu discurso escrito, o qual foi presente à Mesa devidamente datado e assinado, que o Sr. Presidente da Mesa rubricou e que faz parte integrante desta acta, documento que se dá como reproduzido.

Usou da palavra a deputada Andreia para referir que discorda das funções acumuladas pelo Sr. António Pinto, e pede informação sobre a reclamação apresentada pela D. Francelina Borges Pinto, e quanto ao Estádio Municipal pôs em questão a construção do mesmo e questiona o Senhor Presidente da Câmara do que vai fazer relativamente a esta situação.

Neste momento, pelo Sr. Presidente da Mesa foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder e disse:

Foi aprovado em 1993 um processo de loteamento de acordo com o projecto do Palácio da Justiça da autoria do Sr. Arq. Vaz Cunha, aprovado em reunião por unanimidade das Câmaras anteriores. O edifício a construir está de acordo com o processo de licenciamento da obra particular e respeita os parâmetros e exigências legais do loteamento, sito na Praça do Palácio da Justiça.

Quanto ao Estádio Municipal de Tábua o muro apresenta alguma fissuração devido a assentamentos da fundação provocados por cedência dos terrenos de aterro, não podendo ser imputada a responsabilidade ao empreiteiro que construiu o muro.

 23

Nesta altura chegou à Mesa da Assembleia o parecer solicitado aos serviços camarários acerca da eventual incompatibilidade de cargo e deputado municipal suscitada pela nomeação, por substituição, por parte da Mesa, do Deputado António dos Santos Pinto, documento esse que o Sr. Presidente da Mesa rubricou, leu e que faz parte integrante desta acta para todos os efeitos legais. Em síntese, deu razão à Mesa da Assembleia, concluindo que "o Sr. António Pinto pode exercer o cargo de deputado municipal, visto que não há incompatibilidade com o cargo para o qual foi nomeado", de secretário do Sr. Vereador a tempo inteiro José Alberto Pereira, documento que se dá como reproduzido na íntegra.

Uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia quis usar da palavra passou-se em seguida ao:

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1- Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, nos termos da alínea e), do nº 1, do artº. 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro.

Pelo Sr. Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar a informação sobre a actividade municipal, fazendo distribuir às respectivas bancadas bem como à Mesa a sua informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido.

Apresentou oralmente a sua informação, sintetizando alguns itens e esclarecendo melhor outros.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa, uma vez que ninguém usou da palavra, passou para o ponto seguinte.

2- Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da situação financeira do Município, nos termos da alínea e), do nº 1, do artº. 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro.

Pelo Sr. Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar a informação acerca da situação financeira do Município, tendo já sido distribuída a sua informação escrita, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa, uma vez que não houve qualquer intervenção, deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

3- Apreciação e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou aos deputados municipais se queriam colocar alguma questão sobre este ponto.

Usaram da palavra os deputados:

O Sr. Aníbal Rodrigues questionou a Mesa se foram introduzidas algumas alterações ou se se mantém o documento inicialmente apresentado.

O Dr. Sidónio Costa interveio e disse ser o mesmo regimento e com a mesma versão.

24



Uma vez prestados todos os esclarecimentos solicitados, o Sr. Presidente da Mesa, colocou então à votação a aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, o qual já esteve em discussão e votação na Sessão anterior e não obteve a maioria necessária de dois-terços dos Membros, nos precisos termos em que foi anteriormente apresentado e, da contagem dos votos dos vinte e oito Membros neste momento presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Seis;

ABSTENÇÕES: Zero;

VOTOS A FAVOR: Vinte e dois.

APROVADO POR MAIORIA.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

4- Apreciação e aprovação do Projecto de Regulamento do Conselho Local de Educação de Tábua.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara pelo Senhor Presidente da Mesa, que por sua vez deu a palavra à Senhora Vereadora Dra. Sofia Bernardes, que expôs o projecto, documento que se dá como integralmente reproduzido.

Usaram da palavra diversos Membros da Assembleia e inclusive o executivo camarário e o Presidente da Assembleia.

Usou da palavra o Deputado Municipal Dr. Marco, que cumprimentou a Assembleia municipal congratulando-se com a preocupação exposta com a educação, e solicita particular atenção para o artigo 53.^º n.^º4 alínea c), que independentemente da validade e do mérito da elaboração do documento devia ter-se em particular atenção o regulamento, visto que se regulamentou algo que não existe, o documento devia ser proposto primeiro à Assembleia para ser votada a criação do órgão.

Face à posição assumida pela Assembleia, a Câmara Municipal e sob proposta escrita do Presidente da Câmara Sr. Engº Ivo Portela, a qual foi apresentada à Mesa da Assembleia, devidamente datada e assinada e constante do documento que aqui se dá por integralmente reproduzido para os efeitos legais, e que foi rubricada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, foi solicitada a inclusão na Ordem do Dia, por ser considerada de urgente necessidade, e para discussão e deliberação antes dos pontos assinalados sob os números quatro, cinco e seis, da criação do Conselho Local de Educação de Tábua, ao abrigo do disposto nos artºs. 53º, nº 4, al. c) e 68º, nº 3 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Pelo Sr. Presidente da Mesa foi lido o pedido apresentado pela Câmara Municipal anteriormente referida, tendo sido posta em votação a inclusão na Ordem do Dia da criação do Conselho Local de Educação de Tábua, nos termos do disposto no art.^º41º, do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua e artº. 19º do Código do Procedimento Administrativo e, da contagem dos votos dos vinte e nove Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Zero;

25



APROVADA POR UNANIMIDADE e com mais de dois-terços dos Membros da Assembleia.

Em face do ora deliberado, pelo Sr. Presidente da Mesa foi declarado que da Ordem do Dia passará a constar este ponto que ficará com o número quatro.

4- Criação do Conselho Local de Educação de Tábua.

Uma vez discutido este ponto, considerada a urgência na deliberação e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Mesa foi esclarecido que, o que a Câmara Municipal pretende ver aprovado é a Criação do Conselho Local de Educação de Tábua, ao abrigo do disposto nos artºs. 53, nº 4, al. c) e 68º, nº 3 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Posta à votação, da contagem dos votos dos vinte e nove Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Zero;

APROVADA POR UNANIMIDADE.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

5- Apreciação e aprovação do Projecto de Regulamento do Conselho Local de Educação de Tábua.

Pelo Sr. Presidente da Mesa foram lidos os documentos apresentados pela Câmara Municipal bem como o expediente que os acompanham e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria e que consistem na apreciação e aprovação do Regulamento do Conselho Local de Educação de Tábua.

Pedida a palavra pela Deputada Municipal, Drª. Sandra Cristina Correia, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa, no uso dela, apresentou uma proposta escrita que devidamente datada e assinada entregou na Mesa da Assembleia, que pelo Sr. Presidente da Assembleia foi rubricada e que consiste no aditamento ao Regulamento do CLET, no seu artigo quarto, número um em alínea "r) Um Delegado Sindical, eleito pelos delegados sindicais no concelho de Tábua."

Uma vez discutida esta proposta de aditamento, pelo Sr. Presidente da Mesa foi posta a votação e, da contagem dos votos dos vinte e nove Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Um;

ABSTENÇÕES: Uma;

APROVADA POR MAIORIA.

Passou-se então à discussão da proposta do Projecto de Regulamento do Conselho Local de Educação de Tábua, agora aditado com a alínea r) no artº. 4º conforme anteriormente deliberado.

Uma vez que nenhum Membro solicitou quaisquer esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Mesa foi posto em votação o Regulamento do Conselho Local de Educação de Tábua e, da contagem dos votos dos vinte e nove Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

26

ABSTENÇÕES: Zero;

APROVADO POR UNANIMIDADE.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

6- Eleição de um representante da Assembleia Municipal de Tábua no Conselho Local de Educação de Tábua.

Pelo Sr. Presidente da Mesa foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exmºs. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Aberta a discussão, pelo Grupo Municipal do P.S. e pelos demais Membros eleitos pelo P.S.D., foi pedido um intervalo de 10 minutos para que possam escolher e elaborar a respectiva Lista, o que foi concedido pelo Sr. Presidente da Mesa.

Uma vez decorrido o intervalo e tomados todos os seus lugares, foram apresentados os seguintes nomes que, pela ordem de chegada à Mesa tomaram as letras "A" e "B" e são os seguintes:

- Pelo Grupo Municipal do P.S. e com a letra "A", Dr. Marco Paulo Barreiras Marques Batista;

- Pelos Deputados eleitos pelo P.P.D./P.S.D. e com a letra "B", Profº. José Manuel Rosa da Silva Fernandes.

Seguidamente, pelo Sr. Presidente da Mesa e uma vez que nenhum Membro quis usar da palavra, colocou então à votação, por escrutínio secreto os nomes apresentados. Efectuada a chamada dos vinte e nove Membros presentes que depositaram o seu voto na urna, da contagem dos mesmos apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS PARA A LISTA "A": Vinte;

VOTOS PARA A LISTA "B": Oito.

VOTOS BRANCOS: "Um".

APROVADA POR MAIORIA que o representante da Assembleia Municipal no CLET é o Sr. Dr. Marco Paulo Barreiras Marques Batista.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

7- Eleição de três Presidentes de Junta de Freguesia para o Conselho Local de Educação de Tábua.

Pelo Sr. Presidente da Mesa foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exmºs. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Foram apresentados os seguintes nomes que, pela ordem de chegada à Mesa tomaram as letras "A" e "B" e são os seguintes:



- Pelo Grupo Municipal do P.S. e com a letra "A",
1º- Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Ázere;
2º- Guilherme Manuel Pereira Stoffel Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Midões;
3º- Manuel Pereira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Covas.

Pelos Deputados eleitos pelo P.P.D./P.S.D., não foi apresentada qualquer lista.

Seguidamente, pelo Sr. Presidente da Mesa e uma vez que nenhum Membro quis usar da palavra, colocou então à votação, por escrutínio secreto os nomes apresentados. Efectuada a chamada dos vinte e nove Membros presentes que depositaram o seu voto na urna, da contagem dos mesmos apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS PARA A LISTA "A": Dezanove;

VOTOS BRANCOS: Nove;

VOTOS NULOS: Um.

APROVADO POR MAIORIA que os três Presidentes da Junta de Freguesia que farão parte da composição do CLET são:

- Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Ázere;
- Guilherme Manuel Pereira Stoffel Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Midões, e
- Manuel Pereira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Covas.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

8- Apreciação e aprovação do Relatório de Actividades e da Conta de Gerência do ano de 2001.

Pelo Sr. Presidente da Mesa foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exm°s. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Aberta a discussão pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada a palavra ao deputado municipal Dr. Sidónio cuja intervenção se dá por integralmente reproduzida através do documento escrito que devidamente datado e assinado foi entregue à Mesa da Assembleia, e que pelo Sr. Presidente da Assembleia foi rubricado, fazendo parte integrante da acta desta sessão.

Pelo deputado municipal, Dr. Rangel, foi pedida a palavra, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa e no uso dela solicitou esclarecimentos sobre o relatório de actividades e conta de gerência. Mais se pronunciou dizendo que não querendo fazer juízos de valor em relação ao ano transacto por ter sido eleito para este mandato considerou que existe um desvio das verbas relativamente às despesas correntes, despesas com pessoal, pelo que se torna excessivo as despesas com ordenados de pessoal, nomeadamente no que diz respeito aos quadros da Câmara Municipal.

 28

A deputada municipal Andreia interveio sobre este ponto, através de um documento escrito que, devidamente datado e assinado entregou na Mesa da Assembleia, que pelo Sr. Presidente da Assembleia foi rubricado, fazendo parte integrante da acta desta sessão, e que se dá por integralmente reproduzido.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foram prestados os esclarecimentos devidos sobre a intervenção da deputada Andreia, respondendo que a Senhora não se encontrava devidamente informada sobre a contabilidade autárquica, e esclareceu ser necessário inscrever todas as obras e dotá-las com as verbas necessárias que por vezes se traduzem em montantes bastante elevados, o que provocam valores exorbitantes em termos de valor global do Plano, e quanto aos investimentos inscritos nas despesas de capital salientou que estes dizem respeito ao Estádio Municipal, Biblioteca Municipal, e outros. Mais referiu que a estrada Tábua-Ázere está realizada e não paga; e que os serviços camarários na área do pessoal tem um Consultor Jurídico, Dr. Veiga e Moura, um Consultor Urbanista, Arq.^o Carlos Santos, e em regime de prestação de serviço-avença para apoio e consultadoria, na área de engenharia civil, Eng.^o Oscar Alberto Almeida, e na área de informática, Eng.^o José Calado indispensáveis ao bom funcionamento da autarquia.

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Sr. Dr. António Vaz, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Financeira do Departamento Administrativo e Financeiro que esclareceu tecnicamente que para ser possível lançar obras estas têm que estar inscritas e devidamente dotadas em Plano de Actividades.

Seguidamente, pelo Sr. Presidente da Mesa e uma vez que se encontra finda a discussão por nenhum outro Membro da Assembleia querer usar da palavra, foi explicado o que a Câmara Municipal pretende ver aprovado.

O Sr. Presidente da Mesa, colocou então à votação pelo meio usual de “braço no ar” em primeiro lugar o Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Tábua, relativo ao ano de 2001, e, da contagem dos votos apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Seis;
ABSTENÇÕES: Zero;
APROVADA POR MAIORIA.

O Sr. Presidente da Mesa, colocou de seguida à votação pelo meio usual de “braço no ar” a Conta de Gerência relativa ao ano de 2001, e, da contagem dos votos apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Seis;
ABSTENÇÕES: Zero;
APROVADA POR MAIORIA.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

9- Apreciação e aprovação do Plano de Actividades e do Orçamento Municipal para o ano de 2002.

Pelo Sr. Presidente da Mesa foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exm^{os}. Membros da Assembleia para



29

apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Aberta a discussão, pelo Sr. Dr. Sidónio que interveio oralmente, com um documento por escrito que, devidamente datado e assinado entregou na Mesa da Assembleia, que pelo Sr. Presidente da Assembleia foi rubricado, fazendo parte integrante da acta desta sessão, e que se dá como integralmente reproduzido.

Pelo deputado municipal Dr. Rangel foi pedida a palavra, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa e no uso dela solicitou esclarecimentos sobre este ponto, e referiu como mau exemplo o facto de o Estádio Municipal de Tábua, ter ainda em 2002 mais 130.000 contos dotados no orçamento, enquanto a acção social, o apoio às instituições de solidariedade social e o apoio ao incremento do desenvolvimento industrial do concelho, tudo junto, terem verbas muito inferiores no referido documento.

A deputada municipal Dr^a. Ana Sofia lamentou que o Plano de Actividades para 2002 não faça nenhuma referência à acção social, e considera que a educação e a acção social tem que ser contempladas pela sua primordial importância, face aos problemas sociais existentes nalgumas freguesias.

Pelo deputado municipal Eng.^o Vieira foi referido que não existe nenhuma verba destinada ao canil municipal, e solicita à Câmara Municipal a devida atenção para este ponto. Mais criticou a falta de transferência de verbas para as freguesias, e que às vezes as que, por lei são obrigadas a transferir a Câmara fá-lo a tarde e a más horas.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foi dito que as despesas realizadas no Estádio Municipal tem que ser pagas, e que a Câmara de Tábua sempre se preocupou com as questões de acção social, nomeadamente no que diz respeito ao pagamento de refeições às crianças, apoio aos lares e jardins de infância no Concelho, enaltecendo o trabalho das técnicas do Gabinete de Acção Social. Mais referiu a importância do projecto Ser Criança, daí o serem consideradas verbas, assim como o levantamento de todas as situações de precariedade habitacional existentes no Concelho, dando prioridade a este ponto.

Mais informou que foi proposto à Associação de Municípios do Planalto Beirão a construção de um canil intermunicipal, questão que não está esquecida e que será brevemente resolvida.

O deputado municipal Sr. Castanheira Luís interveio e disse que o concelho de Tábua foi o concelho piloto do projecto da Rede Social, felicitando a Câmara pelo apoio monetário e logístico, salientando que quase todas as freguesias beneficiam do Projecto da Rede Social. Mais referiu a importância do projecto do Hospital de Retaguarda, e o Centro Comunitário de Ázere.

Seguidamente, pelo Sr. Presidente da Mesa e uma vez que se encontra finda a discussão por nenhum outro Membro da Assembleia querer usar da palavra, foi explicado o que a Câmara Municipal pretende ver aprovado.

O Sr. Presidente da Mesa, colocou então à votação pelo meio usual de "braço no ar" em primeiro lugar o Plano de Actividades da Câmara Municipal para o ano de 2002, e, da contagem dos votos apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Cinco;

ABSTENÇÕES: Zero;

APROVADO POR MAIORIA.



30

O Sr. Presidente da Mesa, colocou de seguida à votação pelo meio usual de "braço no ar" o Orçamento Municipal para o ano de 2002, e, da contagem dos votos apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Cinco;

ABSTENÇÕES: Zero;

APROVADA POR MAIORIA.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

10- Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão – Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2002.

Pelo Sr. Presidente da Mesa foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exmºs. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Aberta a discussão, pelo Sr. Presidente da Câmara foi pedida a palavra, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa e no uso dela esclareceu que este ponto destina-se unicamente à informação dos Exmºs. Membros e que estava ao dispor para prestar quaisquer esclarecimentos.

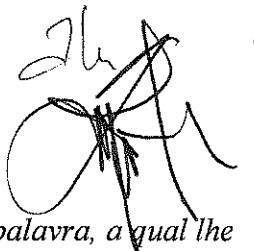
Pela Deputada Municipal Andreia Filipa Ferreira foi pedido esclarecimentos acerca das comparticipações.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foram prestados os esclarecimentos necessários, dizendo que os encargos são pagos na proporção do FEF do município. Mais deu ao conhecimento da Assembleia que a Empresa Águas do Planalto passará a ser denominada Águas de Portugal, e chamou a atenção para o facto de duas Juntas de Freguesia explorarem a água e terem que passar a concessão para a empresa Águas de Portugal.

Seguidamente, pelo Sr. Presidente da Mesa e uma vez que se encontra finda a discussão por nenhum outro Membro da Assembleia querer usar da palavra, passou-se para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

11- Adesão à WEB para a Região Centro -Agência de Desenvolvimento Regional, S.A..

Pelo Sr. Presidente da Mesa foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exmºs. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

31

Aberta a discussão, pela Deputada Municipal Andreia foi pedida a palavra, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa e no uso dela referiu que não existe uma página da Internet.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foram prestados os esclarecimentos necessários.

Seguidamente, pelo Sr. Presidente da Mesa e uma vez que se encontra finda a discussão por nenhum outro Membro da Assembleia querer usar da palavra, foi explicado o que a Câmara Municipal pretende ver aprovado, ou seja, a ratificação do acto praticado pela Câmara Municipal em 15 de Abril p.p., de adesão do Município de Tábua à WRC-ADR, Agência de Desenvolvimento Regional para os Sistemas de Informação.

O Sr. Presidente da Mesa, colocou então à votação a proposta apresentada e, da contagem dos votos apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Zero;

APROVADA POR UNANIMIDADE.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

12- Aquisição de terrenos.

Pelo Sr. Presidente da Mesa foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exmºs. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Aberta a discussão, pelo deputado municipal Dr. Rangel, que questionou o porque deste ponto na Ordem de Trabalhos.

O deputado municipal Sr. Aníbal Rodrigues perguntou se os proprietários são informados da rectificação de áreas.

A deputada municipal Andreia perguntou porque só agora foi proposta a aquisição de parcelas para o alargamento da EN 337 e EN 337.4.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foram prestados os esclarecimentos solicitados.

Seguidamente, pelo Sr. Presidente da Mesa e uma vez que se encontra finda a discussão por nenhum outro Membro da Assembleia querer usar da palavra, foi explicado o que a Câmara Municipal pretende ver aprovado, passando-se imediatamente a cada proposta, à votação:

1º:- INFORMAÇÃO Nº 5/2002 – Aquisição de terreno para alargamento da EN 337 e EN 337.4, Beneficiação entre Tábua e a EN 17, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Da contagem dos votos apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Zero;

APROVADA POR UNANIMIDADE

2º -: INFORMAÇÃO Nº 6/2002 – EN 337 e EN 337.4, Beneficiação entre Tábua e a EN 17, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Da contagem dos votos apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Zero;

APROVADA POR UNANIMIDADE.

3º -: INFORMAÇÃO Nº 11/2002 – Alargamento do Parque Industrial de Tábua – Aquisição de prédio rústico – Realização de Escritura Notarial de Compra e Venda, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Da contagem dos votos apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Zero;

APROVADA POR UNANIMIDADE.

Neste momento, e uma vez dado por encerrado pelo Sr. Presidente da Mesa o Período da Ordem do Dia, passou-se então para o último ponto da Ordem de Trabalhos.

III - AUDIÇÃO DO PÚBLICO.

Foi pedida a palavra pelo munícipe Sr. Amílcar Anjos Martins, casado e residente em Mouronho, que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa, e no uso dela questionou a Assembleia Municipal sobre a falta de apoios por parte da Câmara para o desenvolvimento do Baixo concelho de Tábua, e disse que o Baixo Concelho tem sido discriminado pela Câmara Socialista e votado ao abandono e que desejava ver o Plano e o Orçamento de 2002 inverter esta situação, pois que todos os habitantes do concelho são Tabuenses por igual e merecem ser tratados da mesma maneira.

Nada mais havendo a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa, foi dada por encerrada a presente Sessão e para constar se lavrou a presente acta, que eu, Isabel Maria Rodrigues do Carmo Coelho da Ponte, redigi, revi e assino com o Presidente da Mesa, Sr. Cap. Joaquim Augusto Ferreira Marques, depois de aprovada.

Isabel Maria Rodrigues do Carmo Coelho da Ponte
Isabel Maria Rodrigues do Carmo Coelho da Ponte